

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002694-85.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **ROBERTA LIMA BASTOS DA MOTA**
 Requerido: **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS NAO-PADRONIZADOS NPLI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Roberta Lima Bastos da Mota propôs a presente ação contra a ré Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I, requerendo: a) a concessão de tutela antecipada para exclusão de seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito em relação ao contrato nº 0000862671066278, no valor de R\$ 3.357,15; b) seja declarada a inexistência do contrato e a inexigibilidade da dívida; c) a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais em valor a ser arbitrado pelo juízo.

A tutela antecipada foi deferida às folhas 28, a fim de suspender a publicidade das informações em nome da autora.

A ré, em contestação de folhas 38/52, requer a improcedência do débito. Sustenta que, por meio de contrato de cessão de créditos e aquisição de direitos, o Banco Santander SA cedeu parte da carteira de direito de créditos financeiros à ré, a qual passou a deter os direitos creditórios referentes às operações financeiras comerciais e de cartões de crédito entre o Banco Santander SA e seus clientes, dentre os quais o crédito relacionado nestes autos. Requer a aplicação da Súmula 385 do STJ.

Ofício do SCPC às folhas 86/90 e da Serasa às folhas 104/106.

Por meio da petição de folhas 110 a ré colacionou os documentos de folhas 111/125.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Réplica de folhas 129/132.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados pelas partes.

Sustenta a autora que ao consultar os órgãos de proteção ao crédito, constatou a existência de apontamento em seu nome referente ao contrato nº 0000862671066278, no valor de R\$ 3.357,15, todavia, nunca celebrou qualquer contrato com a ré.

A ré, por seu turno, informa que por meio de contrato de cessão de créditos celebrado com o Banco Santander, adquiriu, dentre outros, o crédito que o Banco Santander tinha para com a autora, razão pela qual os pedidos devem ser rejeitados.

A ré instruiu os autos com o instrumento particular de cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças que celebrou com o Banco Santander (Brasil) SA (**confira folhas 66/73**). Também colacionou aos autos certidões emitidas pelo 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, comprovando que o crédito que o Banco Santander tinha para com a autora também foi abrangido pela cessão de crédito (**confira folhas 74/75**).

Por outro lado, não há falar-se em exigência de notificação do devedor acerca da cessão de crédito, pois a ausência de notificação não exime o devedor de adimplir sua obrigação, nem impede que o cessionário busque a conservação do seu crédito. A falta de notificação tão somente dispensa o devedor que tenha prestado a obrigação diretamente ao cedente de pagá-la novamente ao cessionário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

0127840-67.2012.8.26.0100 APELAÇÃO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO COM PEDIDO LIMINAR INAUDITA ALTERA PARTES CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO DA DÍVIDA – ATO ILÍCITO NÃO CONFIGURADO - CESSÃO DE CRÉDITO - EXEGESE DO ART. 290, DO CÓDIGO CIVIL. A ausência de notificação da cessão de crédito ao devedor não o exime de adimplir com sua obrigação, nem impede que o cessionário busque a conservação do seu crédito. A falta de notificação apenas dispensa o devedor que tenha prestado a obrigação diretamente ao cedente de pagá-la novamente ao cessionário. Precedentes do STJ e desta Câmara. Não há prova nos autos de que houve a quitação do débito por parte do Apelante tanto frente ao cedente quanto ao cessionário (Apelada). O débito discutido nos autos é exigível em face do Apelante e a inscrição de seus dados cadastrais perante os órgãos de proteção ao crédito ocorreu de forma legítima, o que afasta a pretensão indenizatória pelos fatos discutidos nos autos. – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO (Relator(a): Eduardo Siqueira; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 11/11/2015; Data de registro: 13/11/2015)

A autora não alegou que tenha quitado o débito que tinha para com o Banco Santander, nem tampouco instruiu os autos com qualquer documento a respeito, como lhe competia, sendo legítimo o débito e legítima a inscrição do nome da autora junto aos órgãos de proteção ao crédito, uma vez que a ré agiu no exercício regular de direito.

Assim, de rigor a improcedência do pedido de declaração de inexistência do contrato e de inexigibilidade do débito.

Em consequência, também improcede o pedido de condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais.

Mesmo porque, nos termos da Súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, *“Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O ofício de folhas 104/105, oriundo da Serasa, informa que na data da inclusão do débito por parte da ré (17/08/2011), a autora possuía inúmeros outros apontamentos (**confira folhas 104/105**).

Diante do exposto, rejeito o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Com o trânsito em julgado, oficiem-se ao SCPC e Serasa para reinserção do nome da autora em relação ao débito tratado nestes autos.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de novembro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**